



LEI Nº 3.008, DE 07 DE JULHO DE 2025

“Dispõe sobre a obrigatoriedade de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e Transtorno do Espectro Autista (TEA) em eventos realizados em espaços públicos e privados no Município de Brumadinho/MG e dá outras providências.”

O Povo do Município de Brumadinho, por seus representantes aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas diretrizes para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e Transtorno do Espectro Autista (TEA) em todos os eventos abertos ao público realizados em espaços públicos ou privados no âmbito do Município de Brumadinho.

Art. 2º Para os fins desta Lei consideram-se eventos abertos ao público aqueles de natureza cultural, esportiva, recreativa, educacional, religiosa, cívica ou institucional, independentemente de cobrança de ingresso, realizados em locais acessíveis à população em geral.

Art. 3º Os organizadores dos eventos devem priorizar, sempre que possível, medidas que garantam acessibilidade e inclusão, tais como:

- I. Rampa de acesso, pisos táteis e banheiros adaptados para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida;
- II. Sinalização visual e sonora adequada;
- III. Espaço reservado e visível para pessoas com cadeiras de rodas ou mobilidade limitada;
- IV. Ambiente com redução de estímulos visuais e sonoros, ou espaço de acolhimento, quando possível, para pessoas com TEA sensíveis a aglomeração e ruídos;



- V. Informações acessíveis nos meios de divulgação do evento (cartazes, redes sociais, sites), indicando a existência de recursos de acessibilidade.

Art. 4º O Poder Executivo poderá, por meio de regulamentação, incentivar a adoção das medidas previstas nesta Lei pelos organizadores de eventos, bem como promover campanhas de conscientização e apoio técnico para sua implementação.

Art. 5º O disposto nesta Lei aplica-se aos eventos realizados após a sua entrada em vigor, respeitando-se os limites de viabilidade técnica e orçamentária dos organizadores.

Art. 6º Esta Lei não cria obrigações diretas ou despesas ao Poder Executivo Municipal, devendo sua aplicação observar os Princípios da Razoabilidade, Proporcionalidade e Disponibilidade de Recursos Públicos ou Privados, conforme o caso.

Art. 7º Esta Lei poderá ser regulamentada por decreto do Poder Executivo, no que couber.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brumadinho, em 07 de julho de 2025.

Gabriel Augusto Parreiras
Prefeito Municipal